SISTEMA EDUCACIONAL INTRAMUROS: ANÁLISE DA METODOLOGIA PEDAGÓGICA DESENVOLVIDA PARA ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI*

Roseanna de Andrade Moura Silva (UFRRJ)

Introdução:

Esse trabalho foi desenvolvido como monografia de conclusão de curso no ano de 2016, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no curso de Ciências Sociais tendo por objetivo refletir sobre as metodologias de ensino aplicadas em unidade de internação para adolescentes em conflito com a lei, com base nas dicotomias existentes entre a unidade de internação e a escola intramuros. Para atingir tal finalidade foram entrevistados professores que lecionam em redes estaduais de ensino, no Estado do Rio de Janeiro, e que estão situadas em unidades de internação, as ditas: "Escolas Intramuros", no total as entrevistas foram aplicadas a seis professores, que estão diretamente vinculados com a Diretoria Especial de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas (DIESP). Utilizando da metodologia de entrevistas qualitativas, foi aplicado um questionário de quinze perguntas com o objetivo de compreender como eles discorrem sobre suas experiências e pensam suas metodologias ao atuarem em um ambiente marcado por dor, castigo e exclusão social. Leva-se em conta nessa análise a construção histórica da figura dos adolescentes em conflito com a lei através da reflexão sobre o processo de elaboração de leis protetivas para os mesmo.

Diferente do sistema prisional para adultos, nas unidades de internação para adolescentes frequentar a escola é obrigatório, porém, não é acessível para todos, ainda que este direito seja assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu Art. 124, o qual determina que "São direitos dos adolescentes privados de liberdade, entre outros, os seguintes: XI- receber escolarização e profissionalização", para cumprir tal obrigatoriedade são instalados colégios dentro dessas unidades de internação. Esse movimento é marcado por um conflito no qual o caráter punitivo entra em cena juntamente com o modelo tradicional de educação, no qual os jovens não se reconhecem, uma vez que ele já "falhou" em suas vidas, essa dicotomia entre punição e educação está enviesada entre a Secretaria de Segurança e a de Educação. Fala-se em "falha" no modelo tradicional de educação uma vez que a taxa de

* ENADIR, GT.10- Justiça juvenil, adolescentes em conflito com a lei e instituições de internamento para jovens

analfabetismo e evasão escolar entre o grupo dos adolescentes em conflito com a lei serem altíssimos. Segundo a fonte do Panorama Nacional de Justiça (2012), os adolescentes declaram ter parado de estudar aos 14 anos, uma grande porcentagem destes só cumpriram o Ensino Fundamenta. Em contraposição temos a lógica do encarceramento punitivo como uma medida eficaz e que se faz presente também nas medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes. Para Wacquant (2001) o sistema carcerário traz uma marca da escravidão. Se no princípio ele foi construído com o objetivo de produzir fábricas de disciplinas, hoje passa a ser projetado como fábrica de exclusão.

As medidas socioeducativas são decisões deliberadas judicialmente por varas especiais para adolescentes que infrinjam o Código Penal Brasileiro, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Essas são aplicadas à adolescentes que cometeram atos infracionais análagos ao crime, na faixa etária entre 12 à 18 anos incompletos, sendo estendida até aos 21 em casos específicos, como apresentado no Art. 2° do ECA. Essa assistência deve apresentar um caráter de defesa social, onde a intervenção educativa surge como principal ferramenta para integrar adolescentes na sociedade. Dentre essas intervenções temos o papel da escola como uma, se não a mais importante medida.

No Estado do Rio de Janeiro, o órgão responsável por essas medidas socioeducativas é o Degase, sejam elas de caráter restritivo ou privativo de liberdade. Segundo o conselho Nacional de Mistério Público (CNMP-2015) no relatório da Resolução 67/2011, o Brasil possui 369 unidades de internação, provisória e definitiva. As aplicabilidades dessas medidas foram construídas sobre forte lógica de punição e segregação, surge no Estado do Rio de Janeiro o "Novo Degase" que se apresenta como o órgão executor das medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade que tem como proposta: "política tutelar os adolescentes "infratores" sem, contudo se desviar da trilha dos Direitos Humanos." (RIO DE JANEIRO (ESTADO), 2013, p. 14).

Desenvolvimento:

As medidas socioeducativas são descritas como forma de resgatar princípios básicos de convivência social, que tornarão esses adolescentes desviantes a estarem "aptos" ao convívio social, levando em conta as regras/normas estabelecidas socialmente. Entretanto, o delito não é fruto de uma atitude contrária aos valores e as normas sociais, pois, a interiorização dessas regras se dá através de interação e do aprendizado no interior dos grupos, não existindo, assim, um único sistema de valores. O ideal de ressocializar está ancorado na busca de levar esses indivíduos desviantes ás normas estabelecidas socialmente. Porém, essa prática é falaciosa no que diz respeito à ausência de "socialização" nesse grupo,

pois eles estão socializados em outros códigos morais/sociais, não menos importantes do que os ditos da “cultura geral”.

Podemos ver a escola nesse ambiente como ponte para a docialização dos indivíduos e, principalmente tendo em vista que os adolescentes estão inseridos em dois ambientes de coerção (tanto a escola quanto a unidade de internação). Segundo Foucault (1987) o caráter da prisão como um castigo vem desde muito cedo. Porém quando tratamos de adolescentes/jovens a forma de aparelhagem para torná-los indivíduos dóceis e últeis (FOUCAULT, 1987), segundo e ECA, esta pautado na escolarização. Surge a necessidade de pensar como está estruturada essa metodologia a fim de docializar esses corpos, ou seja, como esta sendo implantada nesse campo punitivo e socioeducativo metodologias para uma futura “inserção social”.

Segundo Neri (2009), a forma de lidar com adolescentes autores de atos infracionais no Brasil sempre esteve atrelado ao tratamento dado à juventude considerada “pobre e degenerada”, uma vez que os últimos eram considerados “os futuros criminosos” e as políticas públicas para estas parcelas da juventude brasileira tinham, geralmente, cunho repressivo, mesmo que com perspectiva filantrópica higienista, moralizante, disciplinadoras, reformistas, assistenciais e repressiva, a depender da época de atuação.

O processo de rotulação, estigmatização e tipificação cria marcas que segregam esses jovens e permitem que os mesmos sejam classificados através de um olhar seletivo, descrito por Malaguti (1998), sendo essas seletividade do olhar a responsável por criminalizar e classificar o adolescente em conflito com a lei. Esses adolescentes que são criminalizados, antes mesmo de cometerem um ato infracional, se enquadram em categorias reconhecidas socialmente como inferiores, ou seja, que saíram da norma padrão, sendo em sua maioria negros e moradores das áreas periféricas, ou ainda, como “certos tipos sociais de agentes demarcadores (e acusados) socialmente pela pobreza, pela cor pelo estilo de vida. Seus crimes os diferenciam de todos os outros autores de crimes, não apenas criminosos; são “marginais”, “violentos”, “bandidos”. (MISSE, 2010, p. 18). É com base nesses princípios que eles serão rotulados (GOFFMAN, 2004 e Becker, 2008) e excluídos socialmente. Quando falamos em perfil dos internos estamos querendo destacar a seletividade presente no processo de incriminação executada pela justiça juvenil. Esse é formado por adolescentes entre quinze e dezessete anos, homens, negros e residentes em bairro periférico. Podemos perceber que o indivíduo faz parte de um grupo que tende ser incriminado antes mesmo de cometer um crime, somente pelas características que possui e seu local de origem. Michel Misse classificará essa pré incriminação de “sujeição criminal”. Em Misse (2010), não é qualquer

sujeito incriminado, mas um sujeito, por assim dizer, “especial”, que carrega marcas em seus corpos (cor, vestimenta, trejeitos, local de moradia, características físicas etc) aquele cuja morte ou desaparecimento podem ser amplamente desejados.

Vemos que, teoricamente, é descrito uma série de normativas que levam ao desenvolvimento adequado dos adolescentes/jovens que cometem atos infracionais, porém, temos na prática um sistema que encarcera, massifica e segrega esses indivíduos através de maus tratos, unidades de internação sem infraestrutura, comparáveis a presídios. Vemos em Goffman (2001) que a “instituição total” é definida como local de residência e trabalho, na qual um grande número de indivíduos, com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada. Nesse parâmetro podemos ver as unidades de internação do Novo Degase caracterizadas como uma instituição total, a partir do seu fechamento, estabelecido por barreiras físicas e simbólicas em relação social com o mundo externo. É claro notar assim que chegamos um uma unidade de internação os grandes portões de ferro, paredes altas e arames farpados que simboliza a barreira física e instaura a visão de afastamento daqueles adolescentes ao meio social, pois eles estão sendo isolados afim do promover a proteção da comunidade contra o perigo que esses causam.

Adentrando na questão da estrutura física dessas unidades podemos notar que as unidades não estão apresentando infraestrutura adequada para esses adolescentes é corriqueiro vermos nas mídias notícias sobre a superlotação nas unidades de internação. Podemos fazer uma analogia dessa superlotação com o também inchamento dos presídios para adultos, pois, como mencionado por Wacquant (2001), com a multiplicação da população encarcerada, justifica-se a necessidade de privatização transferindo a responsabilidade do Estado e aumentando o lucro (no caso americano); esse autor aponta o aumento do punitivismo, encarceramento e do discurso criminalizante de jovens pobres e de periferia no EUA, mas algo semelhante podemos verificar no Brasil (PINTO, 2006). Vemos no caso dos adolescentes em déficit no investimento de políticas públicas tendo como alvo estes um aumento massivo de detenção e contenção em unidades de internação.

> O encarceramento tornou-se assim uma verdadeira indústria e uma indústria lucrativa. Pois a política do “tudo penal” estimulou o crescimento exponencial do setor das prisões privadas, para o qual as admistrações públicas perpetualmente carentes de fundo se voltam para rentabilizar os orçamentos consagrados à gestão das populações encarceradas. (WACQUANT, 2001, p.31).

Resultados:

Como já mencionado foram entrevistados professores que lecionam em escolas intramuros no Estado do Rio de Janeiro. Dentre as perguntas direcionadas as professores foram sobre a qualificação profissional, o currículo mínimo, projeto político pedagógico da instituição, as metodologias que mais se destacam entre os alunos, o feedback dos mesmos. Foram esses pontos que nortearam nossas conversas e permitiram que os professores relatassem suas experiências.

Foi perguntado aos professores se existia algum preparo extracurricular para lecionar em uma escola intramuros, visto que, não estamos falando de uma escola regular, mas sim de uma instituição que está inserida em um campo de segurança. As respostas foram unânimes, não. Segundo esses profissionais, não há qualquer capacitação extracurricular que os direcionem como atuar em uma escola intramuros. Teoricamente falando, tanto a SEEDUC quanto o Novo Degase, apresentam essas como uma escola regular, porém, na vivencia desses profissionais existe conflitos institucionais instaurados no campo e que fogem dessa teoria. É sabido entre os professores que existe um modesto curso ministrado pela Diretoria Especial de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas (DIESP), porém, segundo eles, esse curso é apresentado de forma superficial em relação a complexidade que é lecionar em uma escola intramuros.

Sobre a diferença entre o currículo mínimo regular e o currículo intramuros. Podemos perceber ao ser apresentada e avaliar um desses currículos, que a matriz curricular da escola intramuros esta pautada nas normativas do currículo mínimo regular produzido pela SEEDUC, que é uma proposta implementada nas escolas da rede estadual, como uma perspectiva comum sobre o que deve ser ensinado e aprendido a cada ano de ensino. Nesse currículo vemos também uma proposta do Projeto de Ensino Inovador (PROEMI) como justificativa de ampliar o tempo do estudante na escola e buscando garantir a formação integral com a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico. Entre essas novas “disciplinas” estão: acompanhamento pedagógico, iniciação científica e pesquisa; cultura corporal; cultura e arte; comunicação e uso de mídias; cultura digital; participação estudantil e literatura e letramento, mas, segundo a professora, na prática, essas “novas disciplinas” só estão apresentadas no currículo para “preencher espaço”.

Alguns professores relaram participar de um programa que tem por objetivo aprimorar o ensino e tentar minimizar os anos de atraso escolar que esses alunos trazem, visto que, a

maioria desses adolescentes, como mencionado no inicio do trabalho, não chegaram a completar nem o Ensino Fundamental. Foram elaborados ao longo dos anos, alguns programas para amenizar essa defasagem. O primeiro programa ministrado foi o “Programa de autonomia”, criado em parceria do governo do Estado do Rio de Janeiro com a Fundação Roberto Marinho (Telecurso), o objetivo era permitir que esses alunos concluíssem os seus estudos em menos tempo. Sua matriz curricular era composta pelas disciplinas: matemática; língua portuguesa; língua estrangeira; orientação ao trabalho e projetos pedagógicos, ou seja, o professor de uma determinada área passava ministrar esse emaranhado de disciplinas. Esse projeto foi desenvolvido com o objetivo de atender a demanda dos alunos que ainda não tinham concluído o Ensino Fundamental, onde os alunos têm apenas uma professora que acompanha todas as disciplinas. Segundo um professor esse programa acabou no ano de 2015.

No presente momento da entrevista estava sendo ministrado um programa parecido, com o mesmo objetivo, nomeado de Correção de Fluxo, que deseja adequar os alunos aos anos escolares compatíveis a sua idade cronológica, corrigindo a defasagem idade-série. O Programa de Correção de Fluxo tem duração de dois anos e está divido em quatro módulos, um por semestre. O número de disciplinas é menor que o do Ensino Regular, o que facilita a aprendizagem do aluno. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n° 9.394/1996, no capítulo referente à Educação Básica, essencialmente em seu Art. 24, inciso V, alínea b possibilita a aceleração de estudos para alunos com atraso escolar. Esse programa foi implantado em toda a rede estadual de ensino, assim como nas escolas intramuros. Segundo o professor Y a única vertente que diferencia uma escola intramuros de uma escola extramuros é o uso do Ensino de Jovens e Adultos (EJA), como principal módulo de ensino.

Esse foi indagado ainda dentro do currículo mínimo, se o número de horas/aulas corresponde à proposta de trabalho que almeja. Os professores relataram que, na prática, o número de horas/aula é reduzido mediante algumas dificuldades entre a unidade de internação e a escola. Como exemplo citados temos a dificuldade dos alunos chegarem à escola, a mesma decorre da dificuldade dos agentes penitenciários de conduzirem os alunos até a escola, pois esses estão em seus alojamentos dividido por facções criminosas, e na hora de ritirá-los para formar as turmas os agentes, que são poucos para o número de internos que é excessivo, têm que visitar todas as celas, tirar aluno por aluno para montar uma turma, isso demanda tempo e caba prejudicando o horário da escola. E também, pois qualquer probleminha na unidade é motivo de suspensão na aula. Por exemplo, segundo a professora V, se o almoço atrasar já é uma justificativa para que não tenha aula.

Outro relato de redução no número de horas/aulas é que nem todos os alunos têm aulas todos os dias, como a unidade sofre com a superlotação, isso faz com que haja um revezamento dos alunos, ou seja, um aluno assiste uma aula hoje e só volta após 2/3 dias. E também impera a lógica do Ensino de Jovens e Adultos, as aulas são reduzidas, pois eles fazem mais de uma série por ano. Podemos citar também o problema da infraestrutura, onde as escolas apresentam salas de aulas bem estreitas e não comportam um número grande de alunos. "A escola possui ao todo doze salas de aula e tem salas que não comporta nem oito alunos" (Prof: A).

Tem-se duas perspectivas para pensar essa rotatividade na escola: primeiro como a unidade de internação está superlotada faz com que consequentemente, o número de matrículas por turma suba, continuando, contudo, com suas poucas e pequenas salas de aula. Também podemos elencar o problema da alternância de alunos na unidade de internação.

O relato da rotatividade dos alunos é muito grande, pois a avaliação no Novo Degase é realizada bimestralmente por uma equipe multidisciplinar que encaminha relatórios técnicos à autoridade judiciária. A medida de internação é reavaliada a cada seis meses por um juiz, que decidi, fundamentalmente, pela sua manutenção ou pela progressão de medida- a semiliberdade ou a liberdade assistida. Segundo o professor essa rotatividade acaba interrompendo o ciclo na escolarização, pois os alunos saem no meio do período escolar.

Como fiz algumas visitas ao Novo Degase para acompanhar o processo da pesquisa e também durante as entrevistas, eu sempre perguntava o número de internos que estavam na instituição naquele momento, pude perceber de pero essa rotatividade. Em janeiro de 2016, quando fiz minha primeira visita, fui informada que havia aproximadamente 445 internos, no mês de julho esse número subiu, significativamente, para 678. Uma hipótese para tal aumento foi à proximidade das Olimpíadas no Rio de Janeiro, nesse momento eles não estavam executando as audiências/avaliação para liberar esses internos, ou encaminhar para outro tipo de medida socioeducativa, a unidade estava só recebendo adolescentes. Essa lógica de sucatear o sistema e limpar/ higienizar as ruas "tapando a sol com a peneira", ou melhor, escondendo o problema social da cidade, ficou evidente nesse número absurdo de internação nesse período. E a última visita que fiz, em setembro, a unidade estava atendendo 585 adolescentes.

Com essa oscilação no número de internos na unidade, podemos perceber que a escola sofre com essa rotatividade, visto que, não há um acompanhamento progressivo dos alunos, eles entram e saem com frequência, inviabilizando o trabalho do sistema educacional, que demanda tempo e acompanhamento.

Esse inchamento na unidade reflete na escola, obrigada a se enquadrar a superlotação, procurando um caminho para atender a todos os alunos, porém a alternativa encontrada é comprometida e o atendimento a esses alunos não é exitoso.

Sobre o Projeto Político Pedagógico da instituição, ou seja, o conjunto de metas e objetivos que deseja cumprir e sonhos que almeja realizar constituem o PPP, cada escola constrói o seu, essa norma segue as regaras contida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Quando indagados se há um específico para as escolas instramuros, o professor afirmou que sim, porém as barreiras existentes não permitem que esse projeto saia do campo da idealização. "Sim, geralmente voltado a ressocialização, paternidade responsável, mercado de trabalho." (Prof. J)

Então, podemos perceber que é no PPP da escola que é criado o vínculo com a "inserção social", ou seja, está vinculado ao Novo Degase Esse projeto é apresentado como um resgate da identidade perdida, com o incentivo ao vincula familiar e com o direcionamento ao mercado de trabalho. Fica como desafio para o professor conciliar o conteúdo de sua disciplina com ele, através de sua metodologia pedagógica de ensino.

Falando sobre as metodologias pedagógicas, podemos perceber durante a realização da pesquisa que cada professor tem uma maneira de adaptar a metodologia de ensino para a realidade dos alunos, ou seja, levando em conta o interesse e a situação que estão inseridos, esse é um dos principais objetivos/desafios relatados pelos professores. Foi perguntado para os mesmos como estava estruturada sua metodologia de ensino visando o processo de "inserção social".

De acordo com os profissionais, há uma constante adaptação para tratar a relação entre o currículo mínimo imposto pela SEEDUC, o PPP da escola e o cerceamento da unidade de internação, que tem a lógica da segurança como prioridade no espaço. Como podemos perceber há um choque entre essas três vertentes, pois, o currículo mínimo empregado pela SEEDUC para as escolas estaduais, apresenta-se de forma inflexível e sujeito a críticas. Nele vemos uma carga de disciplinas que tem que ser cumprida em um período de tempo estabelecido, esse aprendizado esta ancorado na lógica descrita por Freire (1983) em como educação bancária.

Vemos alunos sendo preparados para um mercado de trabalho meritocrático que cada vez mais seleciona e estigmatiza indivíduos socialmente. Por outro lado temos um PPP que, na teoria, nos traz uma ideia de pertencimento social marcado pela sua construção enquanto sujeito, nele vemos como principal ponto a construção da identidade desses adolescentes. E ainda contamos com um espaço marcado pelo campo da segurança que divergem desse

Projeto Político Pedagógico. Como falar em construção de identidade se os adolescentes em substituição aos nomes são tratados por números nesse espaço? Na ausência de atribuição de nomes há também a inexistência de direitos. É falacioso dizer que aquela porta que divide a escola da unidade de internação seja um divisor de águas, por mais que esse seja o objetivo dos professores, não é possível enxergar a separação desses dois espaços, visto que, esses alunos carregam para as salas de aulas o que eles vivem dentro daqueles alojamentos.

Outro questionamento é a aplicabilidade das metodologias na escola, pois ela acaba pertencendo ao agente penitenciário* e não ao professor, pois, a ocupação, seja pelos funcionários, seja pelos alunos, sofre uma repressão muito grande. Como exemplo citado pelos professores, temos as confecções de murais nos corredores da escola sendo proibidas. A autonomia dos professores na construção de metodologias mais dinâmicas muita das vezes é cerceada.

Dentre as metodologias que se destacou, ao meu ver, foi a do professor A de Educação Física que descreve sua adaptação do conteúdo para a realidade dos alunos através do futebol cooperativo. A Educação Física não aparece somente como mera execução de exercícios físicos, desconectados de uma prática pedagógica e social. O momento dos jogos, principalmente o futebol, que á a atividade que mais se destaca entre os alunos, é visto como a oportunidade para resgatar os ideais de solidariedade, de como se comportar no meio social a partir do convívio com o outro. Segundo o professor, mesmo mediante as rixas que existe entre os alunos, devido as suas respectivas facções, esse momento do jogo é hora de esquecerem essas rivalidades e aprenderem a viver no meio social de forma cooperativa, essa se revela como meta principal de sua aula, pensando a inserção social. Sobre essa metodologia o professor destacou algumas dificuldades.

Os professores comentam que até em sala de aula a tensão existente entre as facções é predominante. As aulas estão divididas em turnos faccionais, na parte da manhã somente o Comando Vermelho e à tarde as demais facções, o TC, TCP, ADA* e os que vêm de área de

---

* O agente penitenciário é formado e segue regras da Secretaria de Segurança através da Secretaria de Administração Penitenciária-SEAP, decretada na lei n° 32.621 de 1/01/03, com o objetivo de dar um tratamento individualizado e específico ao Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro, a partir, das seguintes incumbências: planejar, coordenar e acompanhar as atividades pertinentes à administração penitenciária. Disponível em www.rj.gov.br/web/seap/exibeconteudo?article-id=140682. Acesso em 05 nov. 2016

* O Estado do Rio de Janeiro apresenta algumas divisões organizacionais criminosas, dentre elas podemos citar o Comando Vermelho (CV), é hoje a maior e mais conhecida organização criminosa brasileira. Surgiu na década de 70, sua origem se deu através da junção de presos comuns e presos políticos no período do Regime Militar no Instituto Penal Cândido Mendes (Ilha Grande, Angra dos Reis-RJ), desde então vemos o crescimento desta como a facção que ganhou notoriedade no país pelo seu alto grau de periculosidade, poderio bélico e financiamento. O Terceiro Comando vermelho. (TC) é um grupo menor que surge em oposição ao comando vermelho. Em 1998 alia-se ao Amigo dos Amigos (ADA), com isso se fortaleceu. O terceiro comando puro (TCP)

milícia. Se houver encontro do Comando Vermelho com essas demais facções o conflito é certo, então, por isso, justificam essa divisão existente na unidade e que se estende para a separação das turmas na escola. Mesmo os grupos do segundo turno mantêm uma divisão em sala de aula, isso dificulta o trabalho do professor quando tem atividades coletivas. Com a turma estando dividida cria-se um campo de tensão. Os adolescentes ficam separados em alojamentos de acordo com as facções que pertencem, essa atitude é contrária ao ECA, conforme o Art. 123 no qual se estabelece que "A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por idade, compleição fica e gravidade da infração" (BRASIL, 1990). Reproduz a lógica que impera nos presídios, porém, quando falamos de adolescentes, essa prática é contrária as medidas socioeducativas e reforçam essa divisão das facções quando deveriam minimizar. A professora de Filosofia relata que tanta trabalhar o conteúdo atrelado à vida, as vivências desses alunos, levando-os uma reflexão sobre as mesmas.

Sobre a aplicabilidade das avaliações a partir das metodologias, essas também seguem o modelo da escola extramuros, são ao todo três avaliações. Ficando a critério do professor, ter trabalhos, provas, teste e participação em aula. Todos os professores relatam avaliar diariamente os alunos, em suas atividades corriqueiras, seus interesses nas aulas e principalmente seu desempenho diário.

Foi perguntado sobre as metodologias que mais se destacam entre eles - "Quais são as metodologia que eles mais se interessam?". Todos os professores apontaram para a facilidade deles se dispersarem facilmente do conteúdo, por isso, é preciso sempre pensar uma metodologia dinâmica/interativa que chame sua atenção. "Parte visual, manual, jogos de matemática, música. (Prof: A)

A professora R destaca interesse dos alunos pelas operações básicas da matemática. Ela traz justificativa o fato dos alunos ainda estarem ligados ao crime do lado de fora e pretendem, ao sair da instituição, voltar para essa vida, porém, "subindo de cargo", visto que, a maioria, quando entram na unidade, desenvolve funções baixas na escala baixas na escala hierárquica do crime organizado. A partir de sua aprendizagem das operações básicas, eles podem sair de suas funções de "vapor", "fogueteiros" ou "radinhos" e ascender para o cargo de "gerente", nessa função eles serão responsáveis pelos negócios da favela que comandam a

---

também surgiu da divisão de outra organização criminosa anterior, o terceiro comando. As milícias genericamente falando são grupos formados por pessoas comuns que não fazem parte dos órgãos de segurança pública ou forças armadas de um país. Segundo Luis Eduardo Soares a origem das milícias reside na segurança privada, informal e ilegal, quase toda ela a cargo de membros e ex-membros da área de segurança pública que buscam esse segundo trabalho inicialmente como alternativa para aumentar seus rendimentos frente aos baixos salários pagos. (OLIVEIRA FILHO, 2012)

venda de drogas, armas, munições entre outras funções administrativas, sendo um cargo de confiança e estando abaixo apenas do "dono da favela", algo que é almejado entre alguns desses jovens. "Eles pedem: professora passa umas continhas ai para a gente fazer." (Prof: R)

Outro ponto elencado pelos profissionais sobre as metodologias de ensino que mais se destacam entre eles e que surtem efeitos positivos são as que conseguem se reconhecer na proposta de ensino. É nesse reconhecimento no conteúdo, através da metodologia, que eles vêm sua identidade sendo construída e valorizada.

Para uma das professoras esse reconhecimento é percebido ao trabalhar com a História da África (Lei 10.63)[*], o racismo e a questão indígena. Ao inserir esses conteúdos, ela percebe uma aceitação muito grande por parte deles, pois há uma identificação entre o tema abordado e suas reais histórias de vida. Tratar a identificação desse grupo marginalizado, tirando-o dessa posição e levando-os para um lugar de protagonismo enquanto construtor de um processo histórico, social, político, econômico e cultural. Introduzir essa disciplina é reconhecer a diversidade cultural e humana, desconstruindo e rompendo com a visão segregadora. Outro ponto que eles se interessam muito, segundo a professora, é a área da Filosofia Política, pois ela aborda questões que envolvem o contexto nos quais estão inseridos.

Foi perguntado sobre o retorno dos alunos com base no seu interesse pelas aulas, através do comportamento, aprendizagem e atenção. Todos os professores relataram o apreço que os alunos têm por eles e pela escola e, principalmente, o respeito que tem pela figura do professor. A escola é vista como um ambiente social, onde, mesmo diante das diferenças faccionais, é um momento de interação com o outro.

Considerações Finais:

Ao longo do trabalho percebemos como historicamente se constitui a figura desses alunos intramuros, quem são e o que os faz estarem a margem da sociedade e pertencerem a uma escola intramuros, ao invés de, uma escola regular. Tratados como desviantes não apenas por cometerem atos infracionais, mas sim por estarem fora da categoria "normativa" da sociedade pertencente.

Em sua história e formação as unidades de internação foram construídas pela ideia da contenção pela exclusão Mesmo após vinculá-la a secretaria de educação os objetivos continuam sendo os mesmos, focando na punição como melhor forma. Não é pensado uma

[*] Lei n° 10.639/03 estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio.

formação mais completa do ser humano, onde a escola estaria construindo laços sociais, uma política para o interno que tenha como eixo a cultura através do desenvolvimento de leitura, arte, música, teatro que são metodologias que acredito, no caso que surtem efeitos, pois são dinâmicas e aguçam a criatividade nunca antes incentivadas desses adolescentes. E, principalmente, pensar formas de acompanhar esses adolescentes após sua passagem pela unidade de internação, pois, como vimos acima, o desejo de mudança é tolhido por um sistema que encarcera e depois os devolve à rua sem a sem a mínima assistência.

A metodologia de ensino é cerceada/controlada, pois pensar em mudar a situação do indivíduo não é o objetivo das unidades de internação. O sistema está estruturado de forma que impossibilita o trabalho dos professores nessas escolas, pois o que vigora é a pena do esquecimento. Ausência de autonomia pedagógica é relatada pelos profissionais como o principal problema no desenvolvimento das metodologias, nesse sentido para que haja uma prática na qual os alunos possam se reconhecer é preciso ocorrer uma liberdade e um pertencimento na proposta de ensino, mas socioeducação caminha contrária a essa medida.

Referências Bibliográficas:

BATISTA, VERA MALAGUTI. **Difíceis ganhos fáceis**: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BECKER, Howard S. Outsiders: Estudos de Sociologia do Desvio. Rio de Janeiro: Zahar. 2008.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Relatório da Infância e Juventude**- Resolução n°67/2011: Um olhar mais atento às unidades de internação e semiliberdade para adolescentes. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA**, Brasília: Impressa Oficial do Estado, 1990.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata [recurso eletrônico]. 9. Ed. Brasília: Câmera dos Deputados, Edições http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2016.

_____. **Panorama Nacional**: a execução das medidas socioeducativas de internação. Disponível em: PLANO NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO- Diretrizes e Eixo Operativos para o SINASE. Disponível em: http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/plano-nacional-de-atendimento-socioeducativo-diretrizes-e-eixos-operacionais-para-o-sinase. Acesso em: 23 jul. 2016

DEGASE- Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em www.Degase.org.br. Acesso em 18 set. 2016

FOUCAULT,Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 30 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

FREIRE,Paulo. **Educação e Mudança.** 12 ed. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1979

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 19987.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspecto de uma contribuição analítica sobre a categoria"bandido". **Lua Nova**, São Paulo, v.79. p 15-38. 2010. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/ln/n79/a03n79.pdf. Acesso em: 18 nov. 2016.

NERI, Natasha Elbas. **Tirando a cadeia dimenor**: A experiência da internação e as narrativas de jovens em conflito com a lei no Rio de Janeiro. 2009, 164. F. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-IFCS,UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

NOVO DEGASE. **Socioeducação**: legislação, normativas e diretrizes nacionais e internacionais/ Departamento Geral de Ações Socioeducativas, Rio de Janeiri, 2013.

PINTO, Nalayne Mendonça (2006). Penas e Alternativas: Um estudo sociológico dos processos de agravamento das penas e de despenalização no sistema de criminalização brasileiro (1984-2004). Tese de doutorado em Ciências Humanas (Sociologia), PPGSA, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

WACQUANT, loïc. **Os condenados da cidade**: estudo da marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan Fase, 2001.